



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa

NOTA DE IMPRENSA

Angola acolhe seminário sobre boa governação, Estado de direito e políticas criminais

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos vai promover no próximo dia **5 de junho**, no Palácio da Justiça, em Luanda, a Conferência “Boa Governação, Estado de Direito e Políticas Criminais”, em que a Administração e Organização da Justiça estarão no centro do debate.

O encontro, que reúne especialistas da área jurídica e judicial de Angola, Brasil e Portugal, está a ser realizado no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), financiado pela União Europeia e Camões I.P, organismo também responsável pela sua implementação

A conferência “Boa Governação, Estado de Direito e Políticas Criminais”, dá início a um seminário formativo sobre governação e organização do sistema judicial, e sobre gestão da investigação criminal.

Os painéis de palestrantes contam com oradores de renome como Jorge Bacelar Gouveia, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Portugal); Carlos Feijó, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Angola); António César Bochenek, juiz federal e presidente do Instituto Brasileiro de Administração do Sistema de Judiciário (Brasil); Joaquina Nascimento, conselheira do Tribunal Supremo (Angola); José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas e Nuno Coelho, Juiz Desembargador, ambos igualmente consultores científicos do PACED (Portugal).

Neste debate, que pretende ser um apoio para o sistema judicial e judiciário angolano, será ressaltada a importância da concretização de estratégias de organização e gestão dos serviços e dos procedimentos, nestas áreas, de forma a que a justiça do país possa actuar de forma eficaz na prevenção e combate a formas de criminalidade complexas, como a criminalidade organizada e a de cariz económico-financeiro.

Esta iniciativa está a ser realizada pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola, com o apoio do Tribunal Supremo, Procuradoria-Geral da República, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Serviço de Investigação Criminal, Unidade de Informação Financeira e Banco Nacional de Angola, no âmbito do PACED, projeto que tem como objetivos a afirmação e



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa

consolidação do Estado de direito nos PALOP e Timor-Leste, a prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular o tráfico de estupefacientes.

Com duração prevista até maio de 2018, e um orçamento de 8,05 milhões de euros, o Projecto de Apoio a Consolidação do Estado de Direito, centra a sua intervenção na melhoria do ambiente legal e da organização administrativa, no fortalecimento das capacidades institucionais e no reforço da cooperação regional PALOP e Timor-Leste.



**PROJETO DE APOIO A
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO**

